

O modelo da sociedade do conhecimento

Expressão sintetiza o crescente papel da ciência e da tecnologia para a prosperidade econômica e melhoria da qualidade de vida e faz aproximar a universidade da empresa

GUILHERME ARY PLONSKI

Um dos mais complexos desafios educacionais para o Brasil neste fim de século é compatibilizar a tradicional "sociedade de conhecidos" com a nova "sociedade do conhecimento".

Num sistema relativamente fechado, o desenvolvimento profissional depende majoritariamente da inserção numa rede de relacionamentos pessoais. Baseadas tipicamente na origem familiar, convicção religiosa, engajamento político ou estamento, essas redes facilitam as trocas exclusivas de favores entre seus integrantes. Em conjunto, constituíram elas no Brasil uma "sociedade de conhecidos", da qual é representativa a frase "deixa comigo que eu resolvo — fulano é meu conhecido".

Ocorre que a fortuna dos integrantes dessas redes foi, freqüentemente, gerada à custa do empobrecimento relativo da maioria da sociedade, como se tornou notório nos últimos anos. Em decorrência, esse modelo está em xeque aqui e em outros países.

O modelo que se oferece em seu lugar é o da "sociedade do conhecimento". Essa expressão vem sendo utilizada para sintetizar o crescente papel da ciência e da tecnologia (C&T) na busca da prosperidade econômica em particular e da qualidade de vida em geral. O símbolo mais evidente dessa sociedade é a teia mundial enejada pela difusão da Internet.

Todavia, essa proposta de sociedade não é unânime. O modelo e suas implicações têm sido objeto de várias contestações importantes, cuja menção excede o escopo deste artigo (recomenda-se aos interessados o livro publicado recentemente pela Universidade das Nações Unidas com o instigante título *A Busca Incerta: C&T e Desenvolvimento*).

Um pressuposto, porém, é consensual, tanto no Brasil como no Exterior. É o de que a construção e manutenção de uma sociedade digna — democrática, sem dualidades flagrantes, aberta aos fluxos internacionais de produtos, tecnologia e capital — depende diretamente (ainda que não exclusivamente) da qualidade da

educação dos seus integrantes.

E como pode a universidade contribuir para o atendimento dessa condição? As duas formas clássicas de atuação da universidade são o ensino e a pesquisa. Se bem desempenhados, esses dois componentes essenciais da missão universitária, que se reforçam mutuamente, já perfazem uma contribuição inestimável à educação.

Mas a universidade vem desenvolvendo formas adicionais de cooperação, que potencializam as duas competências centrais mencionadas. Envolve elas atividades muito diversas, geralmente abrigadas sob a rubrica de extensão universitária, que constitui o terceiro componente da missão.

Focaliza-se a atenção em algumas dessas atividades, relacionadas com a educação permanente. De forma sintética, essa idéia: a) preconiza o estímulo à capacidade de aprendizagem, atributo essencial ao desenvolvimento do potencial de cada pessoa, que deve ser exercitado ao longo de toda a vida;

b) reconhece o brotar de um processo social cuja responsabilidade última é de cada pessoa, mas demanda também uma atuação solitária do setor produtivo e do Estado, inclusive no compartilhamento dos custos com os indivíduos; c) recomenda o oferecimento de um leque de oportunidades de aprendizagem — incluindo formação e reciclagem profissional, mas sem a elas se limitar — e abrangendo as pessoas que não puderam cursar o terceiro grau.

O conceito é representado pelo moto "educação por todos, para todos, por toda a vida". A sua importância pode ser verificada pela designação de 1996 como o "Ano da Educação Permanente na Europa".

As melhores universidades brasileiras têm realizado ações concretas voltadas à educação permanente do público externo ao quadro de estudantes regulares de graduação e pós-graduação. A título exemplificativo, expõe-se a seguir dois indicadores da Universidade de São Paulo, respectivamente a montante e a jusante do ensino de terceiro grau.

O segmento do ensino de pri-



Heitor Hui/AE-5/8/94

As exigências da sociedade requerem a renovação frequente do repertório de competência dos profissionais

meiro e segundo graus tem sido, corretamente, apontado como a base para um processo efetivo de educação permanente. As necessidades de melhoria de qualidade são evidentes, em especial na escola pública. Esta tem sido objeto de atenção diferenciada dos governos municipal, estadual e federal (que designou 1996 como "Ano da Educação"). Que contribuição tem a universidade aportado a esse segmento, além de formar os professores, diretores e demais profissionais?

O levantamento que conduziu ao *Catálogo USP Serviços-Educação*, lançado em dezembro de 1995 em forma impressa e eletrônica, identifica 400 serviços, todos oferecidos de forma regular e permanente para escolas de primeiro e segundo graus. Estão classificados nas categorias de: orientação para docentes e estudantes; assessoria e consultoria; cursos; exposições e mostras de divulgação cultural-científica; produção de material didático; museus; fornecimento de materiais, amostras, espécimes, padrões e dados; bibliotecas; empréstimo de filmes e material audiovisual e visitas monitoradas. Essa publicação sinaliza a

amplitude e a multiplicidade das possibilidades de integração entre a universidade e o sistema de ensino de primeiro e segundo graus.

A emergência da sociedade e do conhecimento deprecia rapidamente e, por fim, torna obsoletos conhecimentos adquiridos nas melhores universidades; como corolário, requer a renovação frequente do repertório de competências dos profissionais.

A adoção de tecnologias poupadoras de trabalho e o acirramento das tensões da concorrência, por outro lado, colocam desafios complexos para os profissionais que perdem sua base de sustentação. Em consequência, mudar de carreira já não é mais considerado algo suspeito; e deixar de ser empregado de uma organização estabelecida para tornar-se empreendedor passou a ser uma opção valorizada. Que contribuição tem a universidade oferecida aos profissionais que dela egressaram?

Para eles, a universidade oferece um elenco bastante diversificado de programas de educação continuada. Permitem eles moldar uma trajetória de atualização, especialização e enriquecimento cultural, que facilita a realização dos

pressupostos da educação permanente. Mesmo para as pessoas que não tiveram acesso ao ensino superior a universidade oferece cursos extracurriculares. A demanda é expressiva e tende a crescer.

Apenas na USP, o número médio de participantes no último quinquênio foi de 116 mil a cada ano.

Cabe observar o seguinte fenômeno mercadológico. Por não estarem sujeitos à obtenção de autorização de funcionamento, como se exige para os cursos de graduação e de pós-graduação, os programas de educação continuada podem ser oferecidos por instituições não-acadêmicas. Isso obriga a universidade, acostumada a atuar sob reserva de mercado no ensino, a ter de operar sob as regras da concorrência livre. Cabe reconhecer a dificuldade de se ajustar ao ambiente não-monopolístico. Um

indicador internacional ilustra esse fato: na Europa, a universidade é apenas a quarta ofertante de educação continuada, tendo sido superada por empresas, fornecedores de bens e serviços e empresas de consultoria. Estatísticas sobre a situação no Brasil serão bem-vindas.

A intensificação do uso de re-

cursos tecnológicos faz antever uma expansão de cursos e participantes, pela disseminação de programas de educação continuada à distância. Ela poderá contribuir, também, para a elevação cooperativa da qualidade de ensino, bem como para a redução das disparidades regionais. Um exemplo desse potencial de desenvolvimento e integração é o estabelecimento da rede virtual das escolas de engenharia, uma das iniciativas do recentemente criado Programa de Desenvolvimento das Engenharias (Prodenge). Em sua primeira fase abrangerá 60 das poucos mais de 150 escolas de engenharia do País.

Em síntese, a universidade vem contribuindo para a sociedade do conhecimento nas diversas fases da educação permanente: no apoio direto ao ensino de primeiro e segundo graus, no ensino do terceiro grau e no oferecimento de oportunidades de aprendizado aos profissionais em todos os estágios. Os benefícios são recíprocos: pela exposição a esses segmentos, a universidade conhece melhor a realidade em que atua, identifica problemas de pesquisa, aprimora cursos existentes e testa novas iniciativas de ensino.

Acreditamos que, na sociedade do conhecimento, a universidade tem um papel estruturante. Todavia, é preciso lembrar que ela é, na expressão feliz de Manuel Castells, "um sistema dinâmico de funções contraditórias". Mudanças expressivas estão ocorrendo (algumas das quais são analisadas na obra *Revitalizando o Ensino Superior*, publicada há pouco pela Associação Internacional das Universidades).

Cabe alertar, finalmente, para o risco de que a sociedade do conhecimento se imponha no imaginário das pessoas como um modelo unidimensional. No nível micro, uma das propostas em observação é a de utilizar um coeficiente emocional (QE) para contrabalançar o coeficiente de inteligência (QI) como fator de diferenciação na contratação de profissionais, especialmente onde se requer trabalho em equipe (e onde não se requer?). Em termos macro, cabe valorizar o conceito do capital social como contraponto às modalidades mais conhecidas, como preconiza o professor Henrique Rattner.

Daí o último desafio à universidade: contribuir para que a sociedade compatibilize a dimensão dos conhecidos e a do conhecimento, encontrando novos fundamentos para estabelecer as redes de relacionamentos.

■ Guilherme Ary Plonsky é professor da USP e coordenador-executivo de Coordenação Universitária e de Atividades Especiais (Cecae)